

BOLETIM JURÍDICO

NÚMERO 130 - MAIO DE 2020

SUMÁRIO

LEGISLAÇÃO ESTADUAL

Leis Ordinárias.....	2
Decretos.....	2

LEGISLAÇÃO FEDERAL

Leis Ordinárias.....	4
Decretos.....	5

PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

Portarias.....	6
Pareceres.....	8

PROCURADOR-GERAL DO ESTADO
Alisson de Bom de Souza

PROCURADOR-GERAL ADJUNTO PARA
ASSUNTOS JURÍDICOS
Sérgio Laguna Pereira

GOVERNO DE
SANTA CATARINA



LEIS ORDINÁRIAS**LEI Nº 17.925****3 DE ABRIL DE 2020**

Dispõe sobre a obrigatoriedade de oferecimento de acomodação separada para as mães de natimorto e/ou mães com óbito fetal, atendidas na rede pública de saúde do Estado de Santa Catarina, e adota outras providências. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 17.926**3 DE ABRIL DE 2020**

Institui e inclui no calendário oficial do Estado o Dia da Prematuridade. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 17.927**3 DE ABRIL DE 2020**

Altera o Anexo II da Lei nº 17.335, de 2017, que "Consolida as Leis que dispõem sobre a instituição de datas e festividades alusivas no âmbito do Estado de Santa Catarina", para modificar a data da Semana Estadual de Educação Preventiva contra a Hanseníase. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 17.928**7 DE ABRIL DE 2020**

Institui a Política de Proteção aos Direitos da Pessoa com Câncer no Estado de Santa Catarina. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 17.929**13 DE ABRIL DE 2020**

Prevê a suspensão temporária dos atos destinados ao envio de certidões para protesto de débitos inscritos em dívida ativa, tributária ou não, no âmbito do Estado de Santa Catarina. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 17.930**14 DE ABRIL DE 2020**

Isenta de recolhimento do ICMS, inclusive sobre importação, os medicamentos, produtos e equipamentos médicos e hospitalares que estejam relacionados à pandemia do coronavírus, até o mês de setembro de 2020, e adota outras providências. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 17.931**20 DE ABRIL DE 2020**

Altera a Lei nº 16.968, de 2016, que "Institui o Fundo Estadual de Apoio aos Hospitais Filantrópicos de Santa Catarina, ao Centro de Hematologia e Hemoterapia de Santa Catarina (HEMOSC), ao Centro de Pesquisas Oncológicas Dr. Alfredo Daura Jorge (CEPON) e aos Hospitais Municipais", para permitir a aquisição de equipamentos para os Hospitais

Filantrópicos e Hospitais Municipais de Santa Catarina. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 17.932**24 DE ABRIL DE 2020**

Altera a Programação Físico-Financeira do Plano Plurianual para o quadriênio 2020-2023, aprovada pela Lei nº 17.874, de 2019. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 17.933**24 DE ABRIL DE 2020**

Veda o corte dos serviços de energia elétrica, água, esgoto e gás, até 31 de dezembro de 2020, no âmbito do Estado de Santa Catarina, e estabelece outras providências, ante a emergência sanitária provocada pela pandemia do novo coronavírus (COVID-19). ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 17.934**24 DE ABRIL DE 2020**

Altera a Lei nº 16.861, de 2015, que "Disciplina a admissão de pessoal por prazo determinado no âmbito do Magistério Público Estadual, para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, sob regime administrativo especial, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição da República". ([Inteiro teor](#))

DECRETOS**DECRETO Nº 516****18 DE MARÇO DE 2020**

Homologa situação de emergência no Município que menciona. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 517**18 DE MARÇO DE 2020**

Altera a programação físico-financeira do plano plurianual para o quadriênio 2020-2023, aprovada pela lei nº 17.874, de 2019. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 521**19 DE MARÇO DE 2020**

Acresce os arts. 3º-a e 3º-b ao decreto nº 515, de 2020, que declara situação de emergência em todo o território catarinense, nos termos do COBRADE nº 1.5.1.1.0 - doenças infecciosas virais, para fins de prevenção e enfrentamento a Covid-19, e estabelece outras providências. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 524**23 DE MARÇO DE 2020**

Dispõe sobre a operacionalização e transparência de utilização dos recursos recebidos para fins de enfrentamento a emergência de saúde pública decorrente do coronavírus (Covid-19). ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 525**23 DE MARÇO DE 2020**

Dispõe sobre novas medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus e estabelece outras providências. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 526**24 DE MARÇO DE 2020**

Homologa parecer e resolução do conselho estadual de educação (CEE). ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 530**25 DE MARÇO DE 2020**

Homologa situação de emergência no Município que menciona. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 531**25 DE MARÇO DE 2020**

Homologa situação de emergência no Município que menciona. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 532**26 DE MARÇO DE 2020**

Dispõe sobre suspensão e prorrogação de prazos no âmbito da administração tributária estadual e

estabelece outras providências. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 534**26 DE MARÇO DE 2020**

Altera o decreto nº 525, de 23 de março de 2020, que dispõe sobre novas medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus e estabelece outras providências. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 535**30 DE MARÇO DE 2020**

Altera o decreto nº 525, de 2020, para estabelecer novas regras de enfrentamento da epidemia do coronavírus (covid-19), e estabelece outras providências. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 537**31 DE MARÇO DE 2020**

Altera o anexo único do decreto nº 1.555, de 2018, que publica relação de atos normativos vigentes em 8 de agosto de 2017, em atendimento ao disposto no inciso i do caput do art. 3º da lei complementar federal nº 160, de 2017, e no inciso i da cláusula segunda do convênio icms nº 190, de 2017. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 538

31 DE MARÇO DE 2020

Altera o decreto nº 1.750, de 2018, que publica relação de atos normativos não vigentes em 8 de agosto de 2017, em atendimento ao disposto no inciso i do caput do art. 3º da lei complementar federal nº 160, de 2017, e no inciso i da clausula segunda do convênio ICMS nº 190, de 2017. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 539

31 DE MARÇO DE 2020

Homologa a resolução nº 01, de 2020, da junta comercial do estado de Santa Catarina (JUDESC) e altera o art. 2º do decreto nº 417, de 2019. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 540

1º DE ABRIL DE 2020

Altera o art. 9º do decreto nº 583, de 2011, que regulamenta a lei nº 15.570, de 23 de setembro de 2011, que institui o programa juro zero, com o objetivo de incentivar a formalização de empreendedores populares, o investimento produtivo, a promoção da inclusão social e a geração de emprego e renda no estado. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 541

1º DE ABRIL DE 2020

Altera o decreto nº 1.485, de 2018, que aprova o regimento interno da procuradoria-geral do estado (pge) e estabelece outras providências ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 543

1º DE ABRIL DE 2020

Altera a programação físico-financeira do plano plurianual para o quadriênio 2020-2023, aprovado pela lei nº 17.874, de 2019. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 547

2 DE ABRIL DE 2020

Altera o decreto nº 525, de 2020, a fim de dispor sobre o regime de trabalho remoto para os agentes públicos que atuam nos serviços considerados não essenciais, no âmbito da administração pública estadual direta, autárquica e fundacional do poder executivo, durante a situação de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, e estabelece outras providências. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 548

6 DE ABRIL DE 2020

Acresce o art. 26-a ao decreto nº 525, de 2020, que dispõe sobre novas medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus e estabelece outras providências. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 549

6 DE ABRIL DE 2020

Altera o art. 1º do decreto nº 532, de 2020, que dis-

põe sobre suspensão e prorrogação de prazos no âmbito da administração tributária estadual e estabelece outras providências. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 550

7 DE ABRIL DE 2020

Altera o art. 7º do decreto nº 525, de 2020, que dispõe sobre novas medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus e estabelece outras providências. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 552

8 DE ABRIL DE 2020

Abre crédito extraordinário em favor do fundo estadual de saúde. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 554

8 DE ABRIL DE 2020

Altera o decreto nº 525, de 2020, que dispõe sobre novas medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus e estabelece outras providências. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 555

13 DE ABRIL DE 2020

Introduz as alterações 4.092 a 4.094 no RICMS/SC-01. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 556

13 DE ABRIL DE 2020

Introduz as alterações 4.095 a 4.013 no ricms/sc-01 e estabelece outras providências. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 558

14 DE ABRIL DE 2020

Altera os arts. 85 e 103 do anexo i do decreto nº 2.617, de 2009, que aprova o regulamento geral para contratação de materiais, serviços, obras e serviços de engenharia, no âmbito do sistema administrativo de gestão de materiais e serviços (sagms), e estabelece outras providências, e os arts. 1º, 3º e 8º do decreto nº 4.661, de 2006, que regulamenta, no estado de santa catarina, o sistema de registro de preços, previsto no art. 15 da lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, nos casos que especifica e estabelece outras providências. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 559

14 DE ABRIL DE 2020

Institui o programa rede laço de incentivo ao voluntariado no estado de Santa Catarina e estabelece outras providências ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 560

15 DE ABRIL DE 2020

Dispõe sobre a homologação de pareceres e resoluções do conselho estadual de educação (cee/sc). ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 561

15 DE ABRIL DE 2020

Altera os arts. 4º e 6º do decreto nº 1.412, de 2017, que regulamenta a lei nº 16.768, de 2015, que dispõe sobre a instalação obrigatória de dispositivos de segurança nas piscinas residenciais ou coletivas, no estado de Santa Catarina. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 562

17 DE ABRIL DE 2020

Declara estado de calamidade pública em todo o território catarinense, nos termos do cobrade nº 1.5.1.1.0 - doenças infecciosas virais, para fins de enfrentamento a covid-19, e estabelece outras providências. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 565

17 DE ABRIL DE 2020

Dispõe sobre a suspensão do pagamento da indenização por uso de veículo próprio de que trata o decreto nº 283, de 2019. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 568

22 DE ABRIL DE 2020

Decreta Luto Oficial. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 569

23 DE ABRIL DE 2020

Homologa situação de emergência no Município que menciona. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 570

23 DE ABRIL DE 2020

Homologa situação de emergência no Município que menciona. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 575

23 DE ABRIL DE 2020

Introduz as Alterações 4.104 a 4.107 no RICMS/SC-01. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 576

27 DE ABRIL DE 2020

Homologa situação de emergência no Município que menciona. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 577

27 DE ABRIL DE 2020

Altera a Programação Físico-Financeira do Plano Plurianual para o quadriênio 2020-2023, aprovado pela Lei nº 17.874, de 2019. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 578

27 DE ABRIL DE 2020

Determina a incorporação imediata dos recursos do superavit financeiro referentes ao exercício de 2019. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 579

28 DE ABRIL DE 2020

DECRETOS

Homologa situação de emergência no Município que menciona ([inteiro teor](#))

DECRETO Nº 580

28 DE ABRIL DE 2020

Homologa situação de emergência no Município que menciona ([inteiro teor](#))

DECRETO Nº 581

28 DE ABRIL DE 2020

Homologa situação de emergência no Município que menciona ([inteiro teor](#))

DECRETO Nº 582

28 DE ABRIL DE 2020

Altera o Decreto nº 562, de 2020, que declara estado de calamidade pública em todo o território catarinense, nos termos do COBRADE 1.5.1.1.0 - doenças infecciosas virais, para fins de enfrentamento à COVID-19, e estabelece outras providências ([inteiro teor](#))

DECRETO Nº 584

30 DE ABRIL DE 2020

Altera a Programação Físico-Financeira do Plano Plurianual para o quadriênio 2020-2023, aprovado pela Lei nº 17.874, de 2019 ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 586

30 DE ABRIL DE 2020

Aprova a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso de recursos estaduais para o terceiro bimestre do exercício financeiro de 2020 e estabelece outras providências ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 587

30 DE ABRIL DE 2020

Altera o Decreto nº 562, de 2020, que declara estado de calamidade pública em todo o território catarinense, nos termos do COBRADE nº 1.5.1.1.0 - doenças infecciosas virais, para fins de enfrentamento à COVID-19, e estabelece outras providências ([inteiro teor](#)).

LEGISLAÇÃO FEDERAL

LEIS ORDINÁRIAS

LEI Nº 13.982

2 DE ABRIL DE 2020

Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre parâmetros adicionais de caracterização da situação de vulnerabilidade social para fins de elegibilidade ao benefício de prestação continuada (BPC), e estabelece medidas excepcionais de proteção social a serem adotadas durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19) responsável pelo surto de 2019, a que se refere a Lei nº 13.979/2020 ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 13.983

3 DE ABRIL DE 2020

Altera a Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2020. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 13.984

3 DE ABRIL DE 2020

Altera o art. 22 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para estabelecer como medidas protetivas de urgência frequência do agressor a centro de educação e de reabilitação e acompanhamento psicossocial. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 13.985

7 DE ABRIL DE 2020

Institui pensão especial destinada a crianças com Síndrome Congênita do Zika Vírus, nascidas entre 1º de janeiro de 2015 e 31 de dezembro de 2019, beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada (BPC). ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 13.986

7 DE ABRIL DE 2020

Institui o Fundo Garantidor Solidário (FGS); dispõe sobre o patrimônio rural em afetação, a Cédula Imobiliária Rural (CIR), a escrituração de títulos de crédito e a concessão de subvenção econômica para empresas cerealistas; altera as Leis nos 8.427, de 27 de maio de 1992, 8.929, de 22 de agosto de 1994, 11.076, de 30 de dezembro de 2004, 10.931, de 2 de agosto de 2004, 12.865, de 9 de outubro de 2013, 5.709, de 7 de outubro de 1971, 6.634, de 2 de maio de 1979, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 7.827, de 27 de setembro de 1989, 8.212, de 24 de julho de 1991, 10.169, de 29 de dezembro de 2000, 11.116, de 18 de maio de 2005, 12.810, de 15 de maio de 2013, 13.340, de 28 de setembro de 2016, 13.576, de 26 de dezembro de 2017, e o Decreto-Lei nº 167, de 14 de fevereiro de 1967; revoga dispositivos das Leis nos 4.728, de 14 de julho de 1965, e 13.476, de 28 de agosto de 2017, e dos Decretos-Leis nos 13, de 18 de julho de 1966; 14, de 29 de julho de 1966; e 73, de 21 de novembro de 1966. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 13.987

7 DE ABRIL DE 2020

Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para autorizar, em caráter excepcional, durante o período de suspensão das aulas em razão de situação de emergência ou calamidade pública, a distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) aos pais ou responsáveis dos estudantes das escolas públicas de educação básica. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 13.988

14 DE ABRIL DE 2020

Dispõe sobre a transação nas hipóteses que especifica; e altera as Leis nos 13.464, de 10 de julho de 2017, e 10.522, de 19 de julho de 2002. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 13.989

15 DE ABRIL DE 2020

Dispõe sobre o uso da telemedicina durante a crise causada pelo coronavírus (SARS-CoV-2). ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 13.990

17 DE ABRIL DE 2020

Confere ao Município de Gramado, no Estado do Rio Grande do Sul, o título de Capital Nacional do Chocolate Artesanal. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 13.991

17 DE ABRIL DE 2020

Inscribe o nome de Osvaldo Euclides de Sousa Aranha no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 13.992

22 DE ABRIL DE 2020

Suspende por 120 (cento e vinte) dias, a contar de 1º de março do corrente ano, a obrigatoriedade da manutenção das metas quantitativas e qualitativas contratualizadas pelos prestadores de serviço de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 13.993

23 DE ABRIL DE 2020

Dispõe sobre a proibição de exportações de produtos médicos, hospitalares e de higiene essenciais ao combate à epidemia de coronavírus. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 13.994

24 DE ABRIL DE 2020

Altera a Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, para possibilitar a conciliação não presencial no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 10.302
1º DE ABRIL DE 2020

Reduz temporariamente as alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI incidentes sobre os produtos que menciona. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 10.303
1º DE ABRIL DE 2020

Altera o Decreto nº 9.907, de 9 de julho de 2019, que remaneja, em caráter temporário, cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS para a Secretaria-Geral da Presidência da República. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 10.304
1º DE ABRIL DE 2020

Dispõe sobre a exclusão da Eletrobras Participações S.A. - Eletropar do Programa Nacional de Desestatização. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 10.305
1º DE ABRIL DE 2020

Altera o Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007, que regulamenta o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 10.306
2 DE ABRIL DE 2020

Estabelece a utilização do Building Information Modelling na execução direta ou indireta de obras e serviços de engenharia realizada pelos órgãos e pelas entidades da administração pública federal, no âmbito da Estratégia Nacional de Disseminação do Building Information Modelling - Estratégia BIM BR, instituída pelo Decreto nº 9.983, de 22 de agosto de 2019. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 10.307
2 DE ABRIL DE 2020

Promulga o Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Suécia sobre Troca e Proteção Mútua de Informação Classificada, firmado em Estocolmo, em 3 de abril de 2014. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 10.308
2 DE ABRIL DE 2020

Dispõe sobre requisição de bens e serviços prestados por empresas públicas vinculadas ao Ministério da Infraestrutura durante o período do estado de calamidade pública decorrente da pandemia de coronavírus (covid-19). ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 10.309
2 DE ABRIL DE 2020

Altera o Decreto nº 9.287, de 15 de fevereiro de 2018, que dispõe sobre a utilização de veículos oficiais pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 10.310
2 DE ABRIL DE 2020

Altera o Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, o Decreto nº 10.178, de 18 de dezembro de 2019, e o Decreto nº 10.229, de 5 de fevereiro de 2020, para adiar prazos e etapas que estabelecem. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 10.311
3 DE ABRIL DE 2020

Institui o Conselho de Solidariedade para Combate à Covid-19 e aos seus Efeitos Sociais e Econômicos. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 10.312
4 DE ABRIL DE 2020

Amplia, temporariamente, o escopo de multiprogramação com conteúdo específico destinado às atividades de educação, ciência, tecnologia, inovações, cidadania e saúde de entidades executoras de serviço de radiodifusão de sons e imagens em tecnologia digital, com fins exclusivamente educacionais ou de exploração comercial, em razão da pandemia da covid-19. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 10.313
6 DE ABRIL DE 2020

Revoga dispositivos do Decreto nº 10.072, de 18 de outubro de 2019, que altera o Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Economia, e o Decreto nº 10.186, de 20 de dezembro de 2019. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 10.314
6 DE ABRIL DE 2020

Altera o Decreto nº 9.764, de 11 de abril de 2019, que dispõe sobre o recebimento de doações de bens móveis e de serviços, sem ônus ou encargos, de pessoas físicas ou jurídicas de direito privado pelos órgãos e pelas entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 10.315
6 DE ABRIL DE 2020

Prorroga, de ofício, a vigência de instrumentos e o prazo para bloqueio dos restos a pagar de transferências voluntárias. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 10.316
7 DE ABRIL DE 2020

Regulamenta a Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020, que estabelece medidas excepcionais de proteção social a serem adotadas durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19). ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 10.317
7 DE ABRIL DE 2020

Altera o Decreto nº 5.751, de 12 de abril de 2006, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e das Funções Gratificadas do Comando do Exército do Ministério da Defesa. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 10.318
9 DE ABRIL DE 2020

Reduz temporariamente as alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins incidentes sobre os produtos que menciona. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 10.319
9 DE ABRIL DE 2020

Institui a Comissão Nacional das Autoridades Aeroportuárias e a Comissão Nacional das Autoridades nos Portos. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 10.320
9 DE ABRIL DE 2020

Institui o Programa para Aprimoramento das Licitações de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural e o seu Comitê Interministerial Executivo. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 10.321
15 DE ABRIL DE 2020

Regulamenta a Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019, que institui o Plano Plurianual da União para o período 2020 a 2023, e altera o Decreto nº 9.834, de 12 de junho de 2019, que institui o Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 10.322
15 DE ABRIL DE 2020

Dispõe sobre a qualificação da Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. - Nuclep no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República e sobre a sua inclusão no Programa Nacional de Desestatização. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 10.323
17 DE ABRIL DE 2020

Altera a relação a que se refere a Seção I do Anexo III à Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2020. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 10.324
22 DE ABRIL DE 2020

Altera o Decreto nº 10.249, de 19 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira e estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder

DECRETOS

Executivo federal para o exercício de 2020. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 10.325 22 DE ABRIL DE 2020

Institui o Comitê Nacional de Desenvolvimento Tecnológico da Habitação. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 10.326 24 DE ABRIL DE 2020

Altera o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, o Regulamento do Serviço de Retransmissão de Televisão e do Serviço de Repetição de Televisão, aprovado pelo Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, o Decreto nº 5.820, de 29 junho de 2006, o Decreto nº 8.139, de 7 de novembro de 2013, e o Decreto nº 9.942, de 25 julho de 2019, para dispor sobre a execução do serviço de radiodifusão e o processo de licenciamento de estações de radiodifusão. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 10.327 27 DE ABRIL DE 2020

Altera o Decreto nº 9.920, de 18 de julho de 2019, que institui o Conselho para a Preparação e o Acompanhamento do Processo de Acesso da República Federativa do Brasil à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 10.328 28 DE ABRIL DE 2020

Altera o Decreto nº 8.690, de 11 de março de 2016, que dispõe sobre a gestão das consignações em folha de pagamento no âmbito do sistema de gestão de pessoas do Poder Executivo federal ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 10.329 28 DE ABRIL DE 2020

Altera o Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020, que regulamenta a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 10.330 28 DE ABRIL DE 2020

Dispõe sobre a qualificação de empreendimentos públicos federais do setor portuário, no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 10.331 28 DE ABRIL DE 2020

Dispõe sobre a qualificação de unidades de conservação no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República e sobre a sua inclusão no Programa Nacional de Desestatização ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 10.332 28 DE ABRIL DE 2020

Institui a Estratégia de Governo Digital para o período de 2020 a 2022, no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 10.333 29 DE ABRIL DE 2020

Aprova o Regulamento do Fundo de Desenvolvimento Social ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 10.334 29 DE ABRIL DE 2020

Altera o Decreto nº 9.058, de 25 de maio de 2017, que dispõe sobre a distribuição do quantitativo de Gratificações Temporárias das Unidades dos Sistemas Estruturadores da Administração Pública Federal - GSISTE e define os procedimentos a serem observados para a sua concessão ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 10.335 30 DE ABRIL DE 2020

Altera o Decreto nº 5.621, de 16 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que dispõe sobre o Plano Nacional de Viação ([inteiro teor](#)).

PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

PORTARIAS

PORTARIA CONJUNTA Nº 023/2020/PGE/IMA

30 DE MARÇO DE 2020

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA e o PRESIDENTE DO INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE, no uso das atribuições legais e tendo em vista o que consta nas Leis Complementares nºs 226/2002 e 485/2010,

Resolvem:

Homologar o período de ESTÁGIO PROBATÓRIO do Servidor JOÃO PAULO RODRIGUES JUNIOR, matrícula 959569-4, nomeado por concurso público, com data de posse em 15.08.2016, confirmando-o no cargo de ADVOGADO AUTÁRQUICO do quadro de

pessoal do Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina, convalidando a Portaria nº 230/2019 - IMA, publicada no Diário Oficial nº 21.138 em 07.11.2019, e declarando-o estável a partir de 14.08.2019.

ALISSON DE BOM DE SOUZA
Procurador-Geral do Estado

VALDEZ RODRIGUES VEN NCIO
Presidente do IMA

PORTARIA GAB/PGE 025/20 3 DE ABRIL DE 2020

Dispõe sobre o Escritório de Processos, Projetos e Estratégia (EPPE) da Procuradoria-Geral do Estado (PGE). O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, no

uso da competência conferida pelo art. 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 317, de 30 de dezembro de 2005 e, considerando o disposto no art. 102 do Anexo I do Decreto nº 1.485, de 7 de fevereiro de 2018,

Resolve:

Art. 1º O Escritório de Processos, Projetos e Estratégia (EPPE), órgão auxiliar da Procuradoria-Geral do Estado (PGE), tem por finalidade gerenciar o portfólio de projetos e processos, valendo-se dos princípios administrativos e constitucionais, com foco no cumprimento da estratégia institucional da PGE.

Parágrafo único. Fica o EPPE subordinado e vinculado ao Centro de Estudos (CEST) da PGE.

Art. 2º Fica designado o Procurador do Estado Bruno de Macedo Dias, matrícula nº 950302-1-01, como gestor responsável pelo EPPE.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º Fica revogada a Portaria GAB/PGE 032/19, de 11 de março de 2019.

ALISSON DE BOM DE SOUZA
Procurador-Geral do Estado

PORTARIA GAB/PGE 026/20
3 DE ABRIL DE 2020

Dispõe sobre a Comissão de Gestão do Sistema Informatizado de Processos (CGSIP) da Procuradoria-Geral do Estado (PGE).

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, no uso da competência conferida pelo art. 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 317, de 30 de dezembro de 2005 e, considerando o disposto no Capítulo IV do Título VII do Anexo I do Decreto nº 1.485, de 7 de fevereiro de 2018,

Resolve:

Art. 1º Designar os ocupantes dos cargos e funções de Procurador-Geral Adjunto para Assuntos Jurídicos, Procurador-Geral Adjunto para Assuntos Administrativos, Corregedor-Geral, Procurador-Chefe da Consultoria Jurídica, Procurador-Chefe da Procuradoria do Contencioso, Procurador-Chefe da Procuradoria-Fiscal, bem como os Procuradores do Estado Celso Antônio de Carvalho e Camila Maria Duarte, para comporem a Comissão de Gestão do Sistema Informatizado de Processos (CGSIP) da Procuradoria-Geral do Estado (PGE).

Parágrafo único. A presidência da CGSIP será exercida pelo Procurador-Geral Adjunto para Assuntos Jurídicos.

Art. 2º A CGSIP é órgão auxiliar de caráter permanente da PGE, tendo competência de analisar o funcionamento do Sistema Informatizado de Processos e, se for o caso, sugerir a alteração ou inserção de dados ou rotinas.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica revogada a Portaria PGE/GAB 087/2017, de 24 de outubro de 2017.

ALISSON DE BOM DE SOUZA
Procurador-Geral do Estado
PORTARIA GAB/PGE 028/20
6 DE ABRIL DE 2020

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, no uso de sua competência conferida pelo art. 7º, incisos II e III da Lei Complementar nº 317, de 30 de dezembro de 2005,

Resolve:

Art. 1º Ficam designados para atuar na Consultoria Jurídica da Procuradoria-Geral do Estado, sob a direção do Procurador-Chefe Marcelo Mendes, os seguintes Procuradores:

- I - André Doumid Borges;
- II - André Emiliano Uba;
- III - Evandro Régis Eckel;
- IV - Francisco José Guardini Nogueira;
- V - Loreno Weissheimer;
- VI - Rafael do Nascimento;
- VII - Sílvio Varela Júnior.

Parágrafo único. Ficam cessados os efeitos das designações anteriores ao início de vigência desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria produz efeitos a contar de 06 de abril de 2020.

ALISSON DE BOM DE SOUZA
Procurador-Geral do Estado

PORTARIA GAB/PGE 029/20
6 DE ABRIL DE 2020

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, no uso de sua competência conferida pelo art. 7º, incisos II e III da Lei Complementar nº 317, de 30 de dezembro de 2005 e, considerando o disposto no art. 10 da Portaria GAB/PGE 024/20, de 31 de março de 2020,

Resolve:

Art. 1º Designar o Procurador do Estado Felipe Wildi Varela para a função de Coordenador do Núcleo dos Tribunais (NUTRI) da Procuradoria-Geral do Estado.

Art. 2º Esta Portaria produz efeitos a partir de 31 de março de 2020.

ALISSON DE BOM DE SOUZA
Procurador-Geral do Estado

PORTARIA GAB/PGE 30/20
09 DE ABRIL DE 2020

Altera a Portaria GAB/PGE 88/2018, que disciplina o acesso remoto ao Sistema Informatizado de Processos da Procuradoria-Geral do Estado (PGE).

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, no uso da competência conferida pelo art. 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 317, de 30 de dezembro de 2005,

Resolve:

Art. 1º O art. 1º da Portaria GAB/PGE 088/2018, de 30 de novembro de 2018, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º.....

§2º O acesso remoto é livre, fundamentado na independência funcional do Procurador do Estado e na conveniência do serviço, sendo ferreamenta de sua atuação externa fundamental à administração da justiça.”(NR)

Art. 2º O art. 2º da Portaria GAB/PGE 088/2018, de 30 de novembro de 2018, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º Compete exclusivamente ao Procurador do Estado que se utilizar do acesso remoto providenciar, por meios próprios, os equipamentos tecnológicos e a infraestrutura necessária e adequada para acesso ao Sistema Informatizado de Processos e para a realização do trabalho fora das dependências das unidades da Procuradoria-Geral do Estado.

Parágrafo único. Sem prejuízo do disposto no caput, a Gerência de Tecnologia da Informação prestará apoio para aqueles que se utilizarem do acesso remoto.” (NR).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

ALISSON DE BOM DE SOUZA
Procurador-Geral do Estado

PORTARIA GAB/PGE 031/20
29.04.2020

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, no uso da competência conferida pelo art. 7º, incisos I e II da Lei Complementar nº 317, de 30 de dezembro de 2005, considerando a realização da edição de 2020 da Revista da Procuradoria-Geral do Estado;

RESOLVE:

Art. 1º Designar os Procuradores do Estado Felipe Wildi Varela, matrícula nº 0385832-4-01, Weber Luiz de Oliveira, matrícula nº 0384190-1-01, Laisa Pavan da Costa, matrícula nº 0289330-4-04 e André Emiliano Uba, matrícula nº 0357639-6-03 para, sob a coordenação do primeiro, sem prejuízo das atribuições funcionais regulares, integrar Comissão Editorial da edição de 2020 da Revista da Procuradoria-Geral do Estado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

ALISSON DE BOM DE SOUZA
Procurador-Geral do Estado

PARECER Nº 105/20-PGE

PROCESSO: SES 70101/2013 e SES 3558/2015

ORIGEM: Secretaria de Estado da Saúde

INTERESSADA: Tanara Paula Santos Nascimento

AUTOR: André Doumid Borges

EMENTA: Processo Administrativo Disciplinar. Técnico em Atividades Administrativas. Irregularidades funcionais, conduta incompatível com a moralidade pública, comportamento agressivo e inadequado, insubordinação. Artigos 137, II, item V e 135, da Lei no 6.745/85 c/c artigos 43, VII e 29, incisos IX e XI, da LC 323/2006. Demissão simples. Cumprimento dos Requisitos Legais.

PARECER Nº 110/20-PGE

PROCESSO: SCC1266/2020

INTERESSADO: Secretaria de Estado da Casa Civil

AUTOR: Marcelo Mendes

EMENTA: Diligência Alesec. Projeto de iniciativa parlamentar que “Dispõe sobre a regulamentação da prática esportiva eletrônica no âmbito do estado de santa catarina e dá outras providências.” Manifestação pela constitucionalidade.

PARECER Nº 123/20-PGE

PROCESSO: SCC 11065/2019

ORIGEM: Casa Civil

AUTOR: Silvio Varela Junior

EMENTA: Projeto de Lei. Diligência suscitada pela ALESC. Dispõe sobre as parcerias do Estado com os consórcios públicos de Municípios. Matéria debatida exaustivamente no âmbito desta PGE. Constitucionalidade da proposição legislativa de origem parlamentar.

PARECER Nº 162/20-PGE

PROCESSO: PCSC 27719/2020

INTERESSADA: Polícia Civil de Santa Catarina

AUTOR: Evandro Régis Eckel

EMENTA: Condutas vedadas aos agentes públicos em ano eleitoral. Lei no 9.504/97. Possibilidade de cessão de uso de veículos da Prefeitura de Videira à Polícia Civil do Estado de Santa Catarina. Não incidência do § 10 do art. 73 da Lei eleitoral. Pareceres no 279 e 355/16, desta COJUR-PGE. A vedação, ademais, não se aplica doações, cessões ou concessões de uso de bens entre entes públicos. Pareceres nos 232/2010 e 272/2018, desta COJUR e Orientação Normativa CNU/CGU/AGU no 002/2016. Ausência de óbices jurídicos à avença celebrada.

PARECER Nº 170/20-PGE

PROCESSO: SCC 00005087/2020

INTERESSADO: Secretaria de Estado da Casa Civil.

AUTOR: Loreno Weissheimer

EMENTA: Autógrafo - Projeto de Lei no 064/2020,

aprovado pela Assembléia Legislativa, de origem parlamentar, que “Altera a Lei n.o 16.861, de 2015, que ‘Disciplina a admissão de pessoal por prazo determinado no âmbito do Magistério Público Estadual, para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, sob regime administrativo especial, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição de República”. Vício de iniciativa. Art. 61, II, a) e c) da CRFB e art 50, § 2.o, incisos II e IV da CE. Inconstitucionalidade.

PARECER Nº 171/20-PGE

PROCESSO: SCC 5077/2020

INTERESSADA: Casa Civil

AUTOR: André Emiliano Uba

EMENTA: Autógrafo de Projeto de Lei. Proposição de origem parlamentar que “Veda o corte dos serviços de energia elétrica, água, esgoto e gás, até 31 de dezembro de 2020, no âmbito do Estado de Santa Catarina, e estabelece outras providências, ante a emergência sanitária provocada pela pandemia do novo coronavírus (COVID-19).” Inconstitucionalidade. Recomendação de veto total.

PARECER Nº 174/20-PGE

PROCESSO: SCC 5143/2020

INTERESSADO: Casa Civil

AUTOR: Marcelo Mendes

EMENTA: Pandemia. Covid-19. Transferência de recursos. Hospital e Maternidade de Jaraguá. Entidade privada sem fins lucrativos. Art. 9, V, e e art. 24, IX, do Decreto Estadual n. 127/11. Ata de eleição de dirigentes e certidão do cartório com registro do corpo dirigente. Decretos Estaduais n.o 515/2020 e n.o 535/2020. Vedação de reunião. Voto à distância. Limites à prorrogação da assembleia geral ordinária. MP 931/2020. Aplicação subsidiária das disposições concernentes as sociedades limitadas às associações (art. 44, § 2o do CC).

PARECER Nº 175/20-PGE

PROCESSO: PMSC 12681/2016

INTERESSADO: VANDERLEI ROQUE DOS SANTOS

AUTOR: Silvio Varela Junior

EMENTA: Processo administrativo disciplinar. Conselho de disciplina. soldado PMSC. Penalidade de exclusão a bem da disciplina. Cumprimento dos requisitos legais. Recurso de queixa. tempestividade. Conhecimento. Desprovinimento. Recomendação para manutenção da penalidade.

PARECER Nº 176/20-PGE

PROCESSO: SCC 5090/2020

INTERESSADA: Casa Civil

AUTOR: Evandro Régis Eckel

EMENTA: Autógrafo de Projeto de Lei. Proposição de origem parlamentar. Suspensão temporária dos atos destinados ao envio de certidões para protestos de débitos inscritos em dívida ativa, tributária ou

não, no âmbito de Santa Catarina. Matéria que não se insere dentre aquelas de competência exclusiva da União Federal. Inexistência de reserva de iniciativa do Poder Executivo. Efeitos da Pandemia da COVID-19. Declaração de estado de calamidade pública pela União e pelo Estado de Santa Catarina. Decreto Legislativo no 18.332, de 20 de março de 2002. Quarentena e suspensão de atividades e os serviços privados não essenciais. Medidas excepcionais de mitigação de efeitos econômicos da crise. Medida cautelar na ADI 3.657-DF. Ausência de inconstitucionalidade.

PARECER Nº 177/20-PGE

PROCESSO: SCC 5084/2020

INTERESSADO: Casa Civil

AUTOR: André Doumid Borges

EMENTA: Autógrafo de projeto de lei de iniciativa parlamentar que isenta de recolhimento do ICMS, inclusive sobre importação, os medicamentos, produtos e equipamentos médicos e hospitalares que estejam relacionados à pandemia do coronavírus, até o mês de setembro de 2020. Inexistência de vício formal de iniciativa. Afastadas as inconstitucionalidades materiais decorrentes da falta de estimativa do impacto orçamentário-financeiro, da omissão quanto à demonstração da ausência de prejuízo às metas de resultados fiscais, da ausência de demonstração de medidas de compensação e ainda da inobservância do disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias, tendo em vista a decisão proferida na ADI 6.357/DF. Não há, até o presente momento, na esfera jurídica ou administrativa, decisão ou convênio que ampare a iniciativa de isentar medicamentos, produtos e equipamentos médicos e hospitalares que estejam relacionados à pandemia do coronavírus, em desacordo com o disposto no 155, §2o, inciso XII, “g” da CF/88.

PARECER Nº 178/20-PGE

PROCESSO: IGP 20661/2019

INTERESSADO: Secretaria de Estado da Segurança Pública

AUTOR: André Emiliano Uba

EMENTA: Consulta. Despesa decorrente de contrato celebrado pela Secretaria de Estado da Segurança Pública em favor do Instituto Geral de Perícia. Competência para pagamento. Superveniente edição da Lei no 17.804, de 2019, que criou o Fundo de Melhoria da Perícia Oficial (FUMPOF). Ausência de modificação da situação jurídica entre as partes do contrato. Órgãos integrantes da mesma estrutura.

PARECER Nº 180/20-PGE

PROCESSO: SANTUR 1200/2019

INTERESSADO: SANTUR

AUTOR: André Emiliano Uba

EMENTA: Anteprojeto de Lei que autoriza a doação de imóveis a Agência de Desenvolvimento

do Turismo de Santa Catarina (SANTUR). Período Eleitoral. Doação com encargo. Inocorrência de conduta vedada.

PARECER Nº 184

PROCESSO: SCC 5079/2020

INTERESSADO: Casa Civil

AUTOR: André Emiliano Uba

EMENTA: Autógrafo de Projeto de Lei. Proposição de origem parlamentar que “Altera a Lei no 16.968, de 2016, que ‘Institui o Fundo Estadual de Apoio aos Hospitais Filantrópicos de Santa Catarina, ao Centro de Hematologia e Hemoterapia de Santa Catarina (HEMOSC), ao Centro de Pesquisas Oncológicas Dr. Alfredo Daura Jorge (CEPON) e aos Hospitais Municipais’, para permitir a aquisição de equipamentos para os Hospitais Filantrópicos e Hospitais Municipais de Santa Catarina”. Recomendação de sanção.

PARECER Nº 185/20-PGE

PROCESSO: SCC 5420/2020

INTERESSADA: Casa Civil

AUTOR: Evandro Régis Eckel

EMENTA: Pedido de Diligência. Proposta de Sustação de Decreto que dispõe sobre medidas para enfrentamento da emergência de saúde decorrente da pandemia da COVID-19, oriunda da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da ALESC. Art. 40, VI, da CESC/89. Controle político de constitucionalidade, que exige demonstração de exorbitância do poder regulamentar exercido pelo Poder Executivo. Inocorrência de extrapolação de poder a justificar a adoção da excepcional medida. Competência executiva comum e legislativa concorrente dos Estados na proteção e defesa da saúde. Arts. 23, II e 24, XII. Federalismo cooperativo. Direito fundamental à vida e à saúde humanas. Art. 196 CFRB/88. Dever fundamental do Estado. Estado de calamidade Pública. Ações de vigilância sanitária e epidemiológica. SUS. Descentralização político-administrativa. Arts. 198 e 200, II, CRFB. Orientação do STF, na condição de guardião e intérprete maior da Constituição. Medidas cautelares concedidas na ADI 6.341-DF e nas APDFs 669 e 672. Parecer pela existência de óbice jurídico à proposta.

PARECER Nº 186/20-PGE

PROCESSO: SCC 5414/2020

INTERESSADO: Chefe da Casa Civil

AUTOR: Evandro Régis Eckel

EMENTA: Pedido de Diligência. Proposta de Sustação de Decreto que dispõe sobre medidas para enfrentamento da emergência de saúde decorrente da pandemia da COVID-19, Oriunda da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da ALESC. Art. 40, VI, da CESC/89. Controle político de constitucionalidade, que exige demonstração de exorbitância do poder regulamentar exercido pelo Poder Executivo. Inocorrência de extrapolação de

poder a justificar a adoção da excepcional medida. Competência executiva comum e legislativa concorrente dos Estados na proteção e defesa da saúde. Arts. 23, II e 24, XII. Federalismo cooperativo. Direito fundamental à vida e à saúde humanas. Art. 196 CFRB/88. Dever fundamental do Estado. Estado de calamidade Pública. Ações de vigilância sanitária e epidemiológica. SUS. Descentralização político-administrativa. Arts. 198 e 200, II, CRFB. Orientação do STF, na condição de guardião e intérprete maior da Constituição. Medidas cautelares concedidas na ADI 6.341-DF e nas APDFs 669 e 672. Parecer pela existência de óbice jurídico à proposta.

PARECER Nº 187/20-PGE

PROCESSO: SCC 5402/2020

INTERESSADO: Casa Civil

AUTOR: ANDRÉ EMILIANO UBA

EMENTA: Autógrafo de Projeto de Lei. Proposição de origem parlamentar que “Suspende até o dia 31 de dezembro de 2020 a obrigatoriedade de manutenção das metas quantitativas e qualitativas contratualizadas pelos prestadores de serviço de saúde de média e alta complexidade, no âmbito das gestões estadual e municipais, bem como da política hospitalar catarinense”. Recomendação de veto.

PARECER Nº 188/20-PGE

PROCESSO: PCSC118335/2019

INTERESSADO: Polícia Civil de Santa Catarina - PCSC

AUTOR: Marcelo Mendes

EMENTA: Cumprimento de decisão judicial transitada em julgado no processo n. 0007558-85.2017.8.24.0033, da 2ª Vara Criminal de Itajaí. Perda de cargo público. Servidor da PCSC. Orientação técnica. Requisitos para desligamento do serviço público.

PARECER Nº 191/20-PGE

Processo: SED 20216/2016

Interessado: Luilson Sezar Gazzola

AUTOR: Francisco José Gardini Nogueira

EMENTA: Processo administrativo disciplinar. Cumprimento dos requisitos legais já analisados nos pareceres pge ns. 209/17 e 108/2019. Autos encaminhados ao governador para julgamento. devolução pela casa civil para análise do mérito. Impropriedade. Lei complementar estadual n. 491/10 e decreto estadual n. 724/07. Manifestação da procuradoria-geral do estado limitada à análise relativa ao cumprimento dos requisitos legais. Retorno dos autos à casa civil.

PARECER Nº 193/20-PGE

PROCESSO: SCC5395/2020

INTERESSADO: Secretário de Estado da Casa Civil

AUTOR: André Doumid Borges

EMENTA: Autógrafo de projeto de lei n.º 056.6/2020, de iniciativa parlamentar que prorroga o prazo de recolhimento dos débitos relativos ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), aos contribuintes que específica, em função dos impactos econômicos e sociais decorrentes da decretação, no âmbito do Estado de Santa Catarina, de calamidade pública causada pela pandemia do novo Coronavírus (COVID-19). Inconstitucionalidades por violação ao disposto nos artigos 150, incisos I e II, 145, §1º e 155, §2º, inciso XII, “g”, todos da Constituição Federal. Sugestão de veto.

PARECER Nº 194/20-PGE

PROCESSO SEA 3844/2020

INTERESSADO: Secretaria de Estado da Administração

AUTOR: Marcelo Mendes

EMENTA: Consulta da Secretaria de Estado da Administração. Dúvida quanto a hipóteses de suspensão de pagamento da Indenização pelo Veículo Próprio (IUV). Quadro normativo e fórmulas de cálculo de parcela básica e complementar da IUV disciplinadas no Decreto n. 283, de 30 de setembro de 2019. Hipóteses de suspensão de pagamento taxativamente enumeradas no art. 1º do Decreto n. 107, de 25 de abril de 2019. Possibilidade de suspensão de pagamento da IUV ao servidor que, verificada a inviabilidade da continuidade da prestação do serviço em razão das medidas de isolamento social determinadas pelo Decreto n. 525, de 23 de março de 2020, tenha sido posto pela Administração em gozo de férias ou em licenças enumeradas no Decreto n. 107/2020. Resolução GGG n.º 10/2020. Vedação de pagamento da parcela complementar da IUV

PARECER Nº 195/20-PGE

PROCESSO: SCC5397/2020

INTERESSADO: Secretário de Estado da Casa Civil

AUTOR: Rafael do Nascimento

EMENTA: Autógrafo de projeto de lei n.º 067/2020, de iniciativa parlamentar que reverte os recursos destinados ao pagamento da dívida do Estado com a União, referente ao ano de 2020, para o Fundo Estadual de Saúde(FES), com o objetivo de subsidiar, em Santa Catarina, os programas e as ações de enfrentamento à emergência de saúde pública decorrente da pandemia da COVID19. Matéria orçamentaria. Iniciativa para legislar privativa do Governador do Estado. Vício formal. Receita decorrente da suspensão do pagamento da dívida do Estado com a União. Destinação obrigatória dos valores ao Fundo Estadual de Saúde. Transgressão à regra da não vinculação da receitas de impostos, à separação de poderes e ao princípio democrático. Vício material. Inconstitucionalidade.

PARECER Nº 197/20-PGE

PROCESSO: SCC5403/2020

INTERESSADO: Secretário de Estado da Casa Civil

AUTOR: Francisco José Guardini Nogueira

EMENTA: Autógrafo de projeto de lei n.º 71/2020, de iniciativa parlamentar, que “Dispõe sobre os prazos de vigência de autorizações e dos licenciamentos ambientais, em decorrência da decretação de calamidade pública pela pandemia do novo coronavírus (COVID-19). Recomendação de veto parcial.

PARECER Nº 198/20-PGE

PROCESSO: SCC 5411/2020

INTERESSADO: Secretário de Estado da Casa Civil

AUTOR: Francisco José Guardini Nogueira

EMENTA: Autógrafo de projeto de Lei n.º 79/2020, de iniciativa parlamentar que “Dispõe sobre os prazos dos processos administrativos em tramitação na Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Estado de Santa Catarina, em razão da declaração de situação de emergência no Território estadual”. Recomendação de sanção

PARECER Nº 205/20-PGE

PROCESSO: SCC 5389/2020

INTERESSADO: Secretário de Estado da Casa Civil

AUTOR: Evandro Régis Eckel

EMENTA: Autógrafo de projeto de lei. Proposição de origem parlamentar que obriga a Agência de Fomento S.A. – BADESC a direcionar os recursos remanescentes de sua linha de crédito para o financiamento do capital de giro das micro e pequenas empresas, dos micro empreendedores individuais e dos empreendimentos de economia solidária e adota outras providências. Política de aplicação das instituições financeiras oficiais de fomento estabelecida pela Lei de Diretrizes Orçamentárias. Concessão de subsídio financeiro mediante utilização de “fonte orçamentária de contingenciamento”. Matéria de índole orçamentária e financeira. Iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo. Violação ao disposto nos arts. 50, § 2º, III, 120, § 3º, IV e § 4º, I e II, 122 e 123, I e VI, da Constituição Estadual. Ofensa ao princípio da separação dos Poderes. Art. 32 da CESC/89. Inconstitucionalidade. Parecer pela aposição de veto total.

PARECER Nº 207/20-PGE

PROCESSO: SSP 7684/2019

INTERESSADA: Secretaria de Estado de Segurança Pública

AUTOR: Francisco José Guardini Nogueira

EMENTA: Administrativo. contrato para realização de obra. extrapolação do prazo de vigência sem conclusão do escopo, por fatos causados pela própria administração. presença do interesse público. prorrogação do cronograma para a entrega da obra. possibilidade consubstanciada no art. 57, §1º, combinado com o art. 79, §5º, ambos da lei federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993. recomendações necessárias. precedentes: par n.º 293/19-pge, par n.º 224/16-pge, par n.º 505/15-pge, par n.º 284/15-pge, par n.º 115/14-pge, par n.º 360/13-pge e par n.º 256/12-pge.

PARECER Nº 209/20-PGE

PROCESSO: SSP 1186/2020

INTERESSADO: Secretaria de Estado da Segurança Pública

AUTOR: Francisco José Guardini Nogueira

EMENTA: administrativo. contrato para realização de obra. extrapolação do prazo de vigência sem conclusão do escopo, por fatos causados pela própria administração. presença do interesse público. prorrogação do cronograma para a entrega da obra. possibilidade consubstanciada no art. 57, §1º, combinado com o art. 79, §5º, ambos da lei federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993. recomendações necessárias. precedentes: par n.º 293/19-pge, par n.º 224/16-pge, par n.º 505/15-pge, par n.º 284/15-pge, par n.º 115/14-pge, par n.º 360/13-pge e par n.º 256/12-pge.

PARECER Nº 211/20-PGE

PROCESSO: SJC 88334/2018

INTERESSADA: Secretaria de Estado da Administração Prisional e Socioeducativa

AUTOR: Evandro Régis Eckel

Ementa: Agentes Penitenciários. Recusa de obtenção de porte de arma de fogo. Legislação federal que assegura o porte de arma a Agente Penitenciário. Art. 6º, VII, e § 1º-B, da Lei nº 10.826/2003 (Estatuto do Desarmamento). Prerrogativa indispensável ao desempenho integral das atribuições legais do cargo. Art. 66, IV e Anexo II da Lei Complementar nº 675/2016. Atividades de alto risco. Compulsoriedade da habilitação do servidor, ao menos na modalidade “emprego individual”. Portaria 0548/2014/SJC.

Parecer nº 475/2019, desta COJUR.

PARECER Nº 212/20-PGE

PROCESSO: FCEE 2646/2018

INTERESSADA: Fundação Catarinense de Educação Especial

AUTOR: Loreno Weissheimer

EMENTA:: Direito Tributário. Consulta sobre a retenção do Imposto sobre Serviços no caso de a prestadora ser Empresa de Pequeno porte ou Microempresa optante pelo Simples Nacional. Normas Gerais em matéria de legislação tributária. Competência da União. Art. 146 da CRFB. O Imposto sobre Serviços encontra-se disciplinado pela LC federal n.º 116/03 e a Tributação das EPP e ME pela LC federal n.º 123/06. No caso de serviços prestados por EPP e ME optantes pelo simples nacional a retenção do imposto é devida, nos casos do especificados no Art. 6.º, § 2.º, da LC 116/03. Nos demais casos, quando previsto na Lei Municipal a retenção somente será permitida se observado o disposto no Art. 3.º da LC 116/03, aplicando-se quanto às alíquotas e base de cálculo as normas do § 4.º do Art. 21 da LC 123/06; Não caberá a retenção do ISS na fonte quando a EPP ou ME estiver sujeita à tributação por valores fixos mensais, de acordo com o Art. 21, § 4.º, inciso IV, da LC 123/06.

PARECER N. 213/20-PGE

PROCESSO: SEF 5052/2019

ORIGEM: SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE (SIE) AS-SUNTO: Emenda Impositiva 366

AUTOR: Evandro Régis Eckel

EMENTA: Emenda Orçamentária Impositiva. Divergência entre o objeto descrito na cláusula do convênio celebrado e o plano de trabalho apresentado pelo parlamentar e subação autorizada na LOA. Impossibilidade de regularização mediante apresentação de novo plano de trabalho. Vinculação entre objeto e plano de trabalho. Vedação de alteração do objeto do convênio, ainda que por acordo entre os partícipes, exceto para ampliação ou redução quantitativa. Inteligência dos arts. 2º, XI, 17, 35 e § 1º do Decreto nº 127/2011. Alteração qualitativa que exige a rescisão do convênio.

PRODUÇÃO:
Assessoria de Comunicação

PGE SC
Procuradoria-Geral do Estado de Santa Catarina

GOVERNO DE
SANTA CATARINA